

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A MELHORIA DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS: UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

EIXO 1 – Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação.

Elione Maria Nogueira Diógenes (UFAL). E-mail: elionend@uol.com.br. Líder do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira. Pesquisa financiada pelo CNPq.

Maria das Graças Correia Gomes (UNEAL). E-mail: gracac.gomes@hotmail.com. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira.

RESUMO:

O presente estudo trata da implantação da gestão democrática no estado de Alagoas e os prováveis impactos que produziu ou não na melhoria dos indicadores educacionais do ensino fundamental. O ponto de referência é o ano de 1999, em que se deu a implantação da gestão democrática no estado e vai até 2011. A metodologia: levantamento de dados estatísticos e entrevistas com os gestores escolares. Os resultados indicam que houve uma melhoria nos índices educacionais. Não se pode, entretanto, atribuir totalmente à gestão democrática, pois na época o Estado brasileiro foi ativo na implantação de programas, projetos e ações no campo social que impactaram o processo educativo.

Palavras-chave: gestão democrática – avaliação de impactos – indicadores do ensino fundamental.

1. INTRODUÇÃO OU DESENHANDO NOSSAS RAZÕES

Este trabalho constitui-se num estudo de caráter investigativo e avaliativo, ao mesmo tempo, cujo enfoque é a implantação da gestão democrática no estado de Alagoas e os prováveis impactos que a mesma produziu ou não na melhoria dos indicadores educacionais do ensino fundamental. O recorte temporal da pesquisa abrange o marco cronológico da gestão democrática no referido estado, ou seja, tem como ponto de referência o ano de 1999 que se configura como a data de implantação desse modelo de administração escolar e segue o percurso até o ano de 2011, portanto, mais de uma década de mudanças nessa área transforma-se, aqui, em objeto de estudo.

O objetivo geral deste trabalho configurou-se em “investigar os impactos que a gestão democrática implantada no final da década de 1990 em Alagoas promoveu no desenvolvimento da educação fundamental no que diz respeito à evolução dos indicadores

educacionais” e os objetivos específicos são: 1) identificar os principais impactos promovidos pela implantação da gestão na melhoria dos indicadores educacionais; 2) levantar o estado da arte sobre a temática; 3) mapear as escolas de ensino fundamental no estado de Alagoas; 4) identificar os indicadores educacionais do ensino fundamental a partir de 1999; 5) confeccionar um quadro evolutivo dos indicadores educacionais do ensino fundamental de 1999 até 2011; 6) elaborar um quadro comparativo dos indicadores educacionais no período anterior e posterior à implantação da gestão democrática e 7) avaliar qual a relação que existe entre a gestão democrática da escola pública e a melhoria dos indicadores educacionais.

O problema que norteou a investigação foi: “a gestão democrática influenciou o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental?” seguido de mais quatro que dão conta dos objetivos da pesquisa: 1) como se deu o processo de implantação da gestão democrática no estado de Alagoas? 2) qual o estado da arte em se tratando da temática em tela? 3) existe uma relação direta entre a gestão democrática e a evolução ou não dos indicadores educacionais? 4) como se comportou a evolução dos indicadores educacionais na gestão democrática?

Compreendendo a realidade enquanto síntese de múltiplas determinações, os passos que seguimos preliminarmente para o desenvolvimento desta investigação foram:

A – Levantamento dos principais documentos elaborados e divulgados acerca de implantação da reforma da gestão democrática no estado de Alagoas a partir de 1999;

B – Levantamento estatístico dos indicadores educacionais do ensino fundamental no estado a partir do final da década de 1990;

C – Revisão e construção Teórica que possibilitou recuperar a discussão sobre a relação entre gestão democrática e melhoria da qualidade do ensino;

Como produto deste trabalho obteve-se uma radiografia em movimento da relação entre a gestão democrática e a melhoria do ensino fundamental focalizando os impactos produzidos pela primeira na segunda, no sentido de contribuir para uma melhor explicitação dos rumos dessa política.

O objeto de pesquisa de nosso interesse tem duas dimensões: de um lado, um estudo de caráter eminentemente avaliativo e, de outro; uma abordagem comparativa. Neste sentido, está (por natureza) inserido na linha de avaliação de políticas públicas entendida, previamente, enquanto um “campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento” (SILVA, 2001, p. 44).

Assim, na abordagem do presente estudo é importante ficar atento para a relação entre a gestão democrática e a melhoria da educação fundamental. Aqui, pois o que está em questão é esta relação que foi levada a termo no contexto da reforma educacional empreendida nos últimos catorze anos no Brasil, cuja finalidade estava em consonância com a dinâmica internacional. As mudanças instauradas têm, segundo os estudiosos Frigotto (2002); Krawczyk (2000); Cabral Neto (2004), Leitão (2005) e Diógenes (2010) relação direta com o processo de reordenamento do Estado contemporâneo, nos quadros da mundialização do capital.

A realização da pesquisa analisou o porquê e o como a política educacional da gestão democrática impactou a melhoria dos indicadores educacionais do nível fundamental levando em consideração que a universalização desse nível de ensino, a descentralização administrativa e a autonomia escolar foram implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEEE) de Alagoas com o objetivo de suscitar uma “nova funcionalidade” a esse nível central da educação básica numa tentativa de resposta às exigências impostas, principalmente, pela mundialização e a transnacionalização da economia, cuja dinâmica indicava que a educação deveria assumir padrões compatíveis com o cenário “globalizado”, “caso não se deseje que a população de alguns países fique totalmente marginalizada de certas áreas de produção e de desenvolvimento” (BRASLAWSKY, 1995, p.03).

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: excursão na dinâmica de implantação

Nesta parte da pesquisa realizamos um levantamento sobre as linhas fundantes da gestão democrática e descobrimos que esta tem por base, a Constituição Federal de 1988, no Art. 206 no § VI, prevendo sua implantação na forma da lei. Os estudos revelam ainda que a democracia no âmbito da gestão escolar é apresentada como conquista das forças sociais, marcada pelo contexto de movimentos e protestos pelo fim da Ditadura Militar de 1964 e abertura política do Brasil nos anos 80 do século XX.

Os autores¹ que pesquisamos sustentam que no âmbito educacional essa modalidade de gestão se rege por uma perspectiva dialética através de práticas emancipatórias. As lutas sociais dos educadores tornaram possível, na década de 1990, mudanças no rumo da educação

¹ Azevedo (2000); Oliveira (2000) e Ferreira (2000).

nacional com a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96. O Plano Nacional de Educação em nível federal e a elaboração de Leis de Gestão Democrática em níveis Estadual e Municipal, assegurados pela Constituição são importantes marcos legais desse processo.

Assim, a gestão democrática pode ser entendida como forma de gerenciamento da escola pública que pode instaurar um espaço de participação, de desconcentração do poder e do exercício da cidadania por meios de mecanismos de participação como: a escolha dos dirigentes escolares, o Conselho Escolar, o Conselho de Classe, a Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, entre outros. Tais estratégias de participação da comunidade fundamentam-se em políticas de autonomia escolar e tem o propósito de garantir o acesso e a permanência da população à escola.

Conseqüentemente temos um maior número de sujeitos participando do processo de gestão da educação, isto é, uma gestão colegiada, descentralizando dessa forma, no campo da educação pública os processos administrativos. Como já fizemos menção, as bases legais da gestão democrática: a Constituição Federal e a LDBEN 9394/96 conferem autonomia aos sistemas que devem definir suas próprias normas de gestão democrática, atentando para as peculiaridades locais e a participação da comunidade na proposta pedagógica e da ampliação progressiva de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas instituições de ensino.

A democracia permite à escola assumir sua própria gestão com relativa autonomia, propiciando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade do ensino. Por sua vez, a vivência do processo democrático nas escolas públicas de Alagoas iniciou-se em 1999, quando os segmentos educacionais estiveram envolvidos no **I Congresso Constituinte**, a partir de uma discussão coletiva que resultou na **Carta de Princípios**² que representa a Constituição da Educação do Estado de Alagoas, contendo os anseios da construção.

A gestão democrática em Alagoas é decorrente do processo de democratização da sociedade brasileira referendada pela Constituição Federal de 1988 que assegura a participação efetiva da comunidade escolar na formulação, acompanhamento e avaliação da política Educacional do país. Esse processo, na capital do estado, iniciou-se antes, isto é, em 1993 são assegurados os princípios de autonomia e descentralização através da

² Ver site: www.educacao.al.gov.br.

implementação institucional dos conselhos escolares e da eleição direta para diretores e adjuntos como mecanismos participativos da gestão escolar.

Também é tomado por base legal a Constituição do Estado de Alagoas de 1989, no cap. III, art. 20, que assegura a organização dos sistemas estadual e municipal de ensino §I o estabelecimento, mediante lei estadual, da esfera de competência dos Conselhos Municipais de Educação, e no § II a participação da comunidade escolar no planejamento das atividades administrativas e pedagógicas.

É também enquadrada como base legal a Lei Orgânica do Município de Maceió, no Art. 142 que garante a criação do conselho escolar como instrumento de competência para o planejamento, a, supervisão e a avaliação das atividades escolares bem como a realização da eleição de diretores e diretores adjuntos.

Tomando por base a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto do Ministério Lei nº. 6. 196/20010 no capítulo da Gestão Democrática, Art. 232, toma por base os princípios de participação efetiva da comunidade no processo de trabalho na unidade escolar, e o intercâmbio entre as instituições na elaboração coletiva das diretrizes político-educacionais e de sua concretização, reafirmando o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Escolar, bem como a eleição de diretores e diretores adjuntos das unidades escolares.

E por fim o processo de implantação da gestão democrática em Alagoas toma por base normativa, a LDBEN nº. 9394/96, que assegura nos artigos 14 e 15: a normatização da gestão democrática através da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares, integrando progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, consagrando a descentralização político administrativa, permitindo dessa forma a participação efetiva da comunidade escolar para consolidação da autonomia escolar.

Certo é que temos um percurso histórico que precisa ser considerado no momento de realizarem pesquisas que pretendam discutir a gestão democrática. No caso aqui, estudado estamos palmilhando um longo caminho para o entendimento do processo de gestão democrática. Daí que foi realizado um levantamento dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) defendidos pelos graduandos do curso de Pedagogia no sentido perceber o valor científico que a Academia confere a essa problemática.

Nesse sentido pesquisamos em torno sete (7) TCCs entre os anos de 2001 a 2006. O que nos causou surpresa, pois achávamos que devido à ampla discussão e debate acerca da gestão democrática, teríamos um número maior de TCCs sobre a temática. Conforme o quadro abaixo percebemos que os autores (as) se detém mais nos aspectos teóricos relacionados à democratização da gestão.

Quadro 1 Resumo da Pesquisa Bibliográfica referente aos trabalhos de conclusão de curso defendidos no período de 2001 a 2006

Autor (a)	Título	Resumo	Ano
1. Maria Helena dos Santos Clazanz e Valéria Lemos Dourado	Gestão Democrática na Escola: Uma Abordagem Reflexiva Sobre Este Estilo de Administração Coletiva	Este trabalho trata da gestão democrática na escola pública fazendo uma abordagem reflexiva sobre este estilo de administração coletiva.	2001
2. Eutália Vieira Tenório Neta/ Soraya Karine Nogueira Pereira	Gestão Democrática: Princípios e Pré Supostos	Este trabalho de conclusão de curso trata da Gestão Democrática, princípios e pressupostos. Analisa as teorias e paradigmas da Administração Escolar dentro de uma abordagem histórica.	2001
3. Célia Bernado/ Nadiege Cordeiro da Silva	Avaliação da Aprendizagem Escolar na Perspectiva da Gestão Democrática.	O trabalho trata a avaliação da aprendizagem no contexto da gestão democrática. Destaca a importância dos novos paradigmas da avaliação e gestão, bem como a necessidade de formar os profissionais da educação nessa perspectiva.	2003
5. Daniella Patrícia Tenório de Albuquerque/ Rita Lúcia Lins de Omena	Gestão Democrática na Escola Pública	Este estudo discutiu o desenvolvimento da gestão democrática na escola pública tendo como meta transformar a sociedade do presente e do futuro.	2004
6. Ana Lúcia Albuquerque Ribeiro/ Vanúcia Santos Costa	Gestão Democrática: O Papel do Coordenador Pedagógico Nesse Processo Democrático	Este texto faz uma abordagem sobre o papel do coordenador pedagógico como “articulador” na escola que desenvolve a gestão democrática. Comenta a formação inicial e continuada do educador, fazendo uma retrospectiva desde a década de 1960, até os dias atuais.	2005

Fonte: pesquisa própria

Pelo quadro acima temos uma visão de como a gestão democrática está sendo pesquisada no âmbito da graduação de Pedagogia do Centro de Educação. Dos trabalhos analisados apenas o de Célia Bernado e Nadiege Cordeiro da Silva, cujo título “Avaliação da Aprendizagem Escolar na Perspectiva da Gestão Democrática” relaciona a gestão democrática com os processos de ensino e aprendizagem sob o viés da avaliação.

Assim, podemos afirmar que não temos estudos mais consistentes sobre a gestão democrática em Alagoas sob a perspectiva do ensino, em geral, os estudos que tivemos acesso abordam a gestão democrática da escola pública a partir de um paradigma legalista e institucional como se o simples fato de constar enquanto política pública de educação

garantissem sua efetividade e a melhoria do ensino na realidade alagoana. No próximo tópico tratamos das dificuldades encontradas nesse trabalho.

2. A PESQUISA E OS RESULTADOS: a realidade em três dimensões

A pesquisa **A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A MELHORIA DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS: UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS** traz resultados preliminares a serem discutidos e socializados, indicando resultados e apontando os principais avanços seja no aspecto teórico seja na base de dados empírica.

Neste sentido, iniciamos esta parte relatando como se deu o desenvolvimento da pesquisa em dois momentos: a) realização de atividades de capacitação para a efetivação das propostas contidas no plano de trabalho, organizadas pela professora coordenadora da pesquisa e b) estudos sobre a temática, de modo que através dos textos trabalhados nessas reuniões cujas temáticas tratavam das questões sobre Estado, Poder Público e Gestão Educacional, tornou-se possível discutir assuntos como: A Gestão Democrática, Qualidade na Educação Pública e Indicadores Educacionais tendo como base de aprofundamento teórico os textos discutidos no GEPE³.

Lembrando: a gestão democrática foi implantada a partir de 1996 no Brasil, mas estava prevista desde o final da década de 1980 na Constituição Federal de 1988, em que “garante a participação de pais, alunos, professores e funcionários na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas de educação no país, no Estado, no município e nas escolas. Assim as secretarias de educação municipal e estadual adaptaram-se, a seu modo, aos prescrevia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB nº 9394/96. Em 1999, especificamente, foi implantada em Maceió, cujo propósito configurou-se em proporcionar a participação de toda comunidade na elaboração dos processos escolares da gestão escolar.

Em verdade, a gestão democrática da forma que implantada (no papel), implica numa reflexão constante das políticas de educação, que por sua vez implica nas políticas da escola. Em outras palavras: a gestão democrática pode permitir que a escola cumpra sua função social, fazendo com o que os sujeitos tenham voz e possam fazer com que esse direito

³ Tais autores foram estudados a partir de apresentações orais dos membros do GEPE, a saber: Montesquieu, Rousseau, Hobbes e outros constantes nas referências bibliográficas.

interfira nos projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas tornando-os desta forma orgânicos à mudança social.

É importante destacar o estudo realizado sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 tendo como referência teórica o livro “LDB Interpretada: Diversos Olhares se Entrecruzam” (2000). Este material serviu como suporte para o necessário conhecimento sobre as novas discussões acerca da mudança que ocorreu no que diz respeito ao ensino fundamental: a quantidade de anos para terminá-lo foi aumentada em um ano, isto é, passou de oito anos para os nove anos. Esta mudança começou a ser discutida em 2005 pelo Conselho Nacional de Educação (órgão vinculado ao MEC) que tem como responsabilidade pensar novas propostas regulatórias para a educação no País.

Acrescentamos que, nos estudos realizados compreendemos a importância do Projeto Político Pedagógico de cada escola, em que se faz necessário que o mesmo seja elaborado respeitando esse novo ciclo e essa nova faixa etária. Todas essas reflexões teóricas contribuíram significativamente para o esclarecimento de dúvidas e principalmente para a busca de novos elementos a respeito do tema da pesquisa, realizando assim, com mais facilidade as respectivas atividades propostas.

No que diz respeito ao levantamento das informações relativas aos indicadores educacionais bem como, ao levantamento feito acerca das escolas de nível fundamental em Alagoas podemos afirmar que o trabalho não está totalmente concluído, entretanto, é possível trazer alguns resultados já encontrados. Portanto, observemos o que nos informa o quadro abaixo:

Quadro 2 - Tipologia das escolas quanto ao nível e modalidades de ensino

Níveis e modalidades	Nº
Escolas que ofertam ensino fundamental e infantil	35
Escolas que ofertam ensino fundamental	21
Escolas que ofertam ensino fundamental, infantil e educação de jovens e adultos (EJA)	20
Escolas que ofertam ensino fundamental e EJA	18
Escolas que ofertam ensino fundamental, infantil, EJA e educação especial	4
Escolas que ofertam ensino fundamental, EJA e educação especial	1
Escolas que ofertam ensino fundamental e educação especial	1

Total de escolas pesquisadas:	100
-------------------------------	-----

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos/SEMED (2010).

Pelo levantamento realizado constatamos que existem em torno de cem (100) escolas que ofertam o ensino fundamental no Município de Maceió. Tais escolas não oferecem apenas o ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano e sim, outros níveis e modalidades que convivem na mesma geografia escolar.

Assim, percebemos que trinta e cinco (35) escolas ofertam os níveis de ensino fundamental e infantil; vinte escolas (20) ofertam os níveis de ensino fundamental e infantil; incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA); Dezoito (18) escolas ofertam o nível de ensino fundamental mais a modalidade EJA; Quatro (4) escolas ofertam os níveis de ensino fundamental e infantil, mais as modalidades EJA e educação especial e apenas uma (1) escola oferta ensino fundamental juntamente com as modalidades EJA e educação especial.

Neste mesmo sentido, apenas uma (1) escola oferta o nível de ensino fundamental em conjunto com a modalidade de educação especial. Em contra partida, vinte e uma (21) escolas ofertam somente o ensino fundamental alternando entre fundamental I (1º ao 5º ano) e fundamental II (6º ao 9º ano).

Essa situação gera uma diferenciação muito grande em se tratando da organização e gestão dos processos educativos dessas escolas, uma vez que exigem projetos políticos pedagógicos específicos. Entretanto, não é possível afirmar a partir dos resultados encontrados, que exista uma relação direta entre tal realidade encontrada nas escolas de ensino fundamental e os indicadores educacionais.

Com esta compreensão apresentamos agora um perfil no que diz respeito aos indicadores educacionais do ensino fundamental, segundo a tabela abaixo:

Tabela 1- Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono no Ensino Fundamental Alagoas 1999/2009 (1º ao 9º ano)			
Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	63,2	17,9	18,9
2000	64,1	16,8	19,1
2001	67,2	17,4	15,4
2002	67,9	18,1	14,0
2003	68,8	17,1	14,3
2004	64,7	18,9	16,4

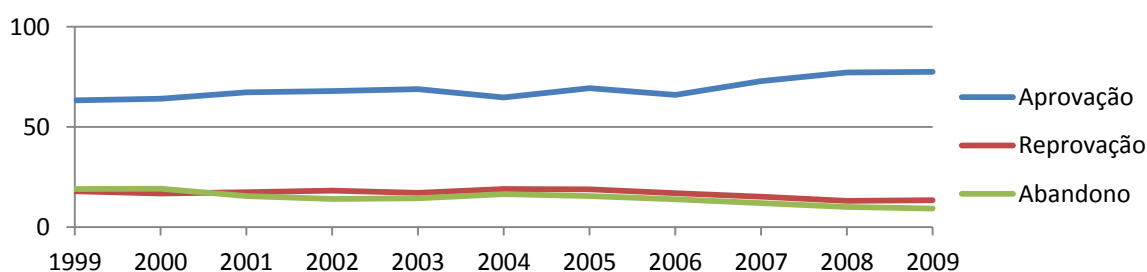
2005	69,3	18,8	15,5
2006	66,0	16,9	13,8
2007	72,8	15,2	12,0
2008	77,1	13,0	10,0
2009	77,5	13,3	9,2

Fonte: MEC/INEP - SEE/AL (2009).

Esta tabela é bastante elucidativa, pois percebemos que há uma melhoria nos indicadores educacionais do ensino fundamental em Maceió. Conforme os dados, entre os anos de 1999 a 2009 os indicadores evoluíram, uma vez que, a taxa de aprovação em 1999 era de 63,2%, passou para 77,5 % indicando um acréscimo de 14,30 %; a taxa de reprovação de 1999 que era de 17,9% diminuiu para 13,3.

Portanto, informa-nos que, menos alunos estão sendo retidos nos corredores dos anos iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, a taxa de abandono que sempre foi preocupante também caiu, pois, em 1999 a taxa de abandono era de 18,9%, chegando ao ano seguinte a 19,1% em 2009 foi para 9,2%, o que significa dizer que em comparação com o ano 2000 a taxa baixou quase 10%. Tal leitura é mais bem visualizada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 1- Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono no Ensino Fundamental Alagoas 1999/2009



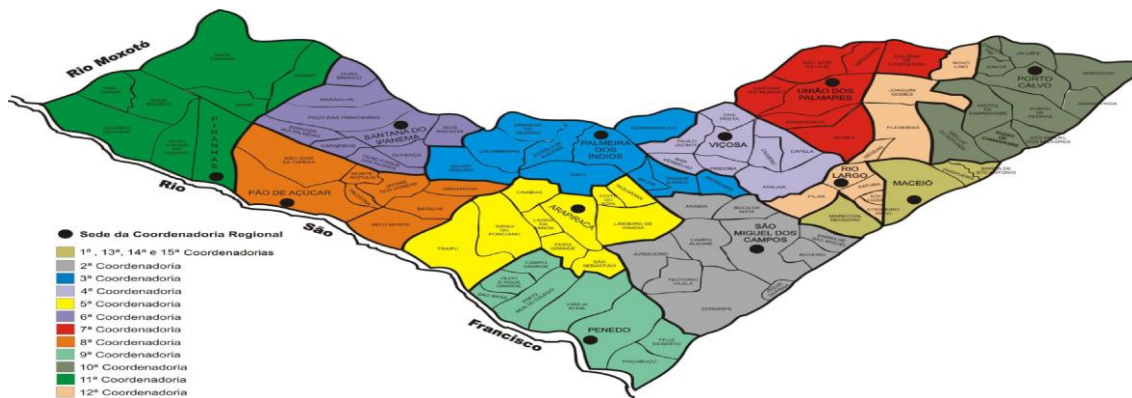
Fonte: MEC/INEP - SEE/AL (2009).

Em verdade esses dados, indicam boas notícias no campo do ensino fundamental, mas não temos como cientificar agora qual a sua relação com a gestão democrática numa perspectiva direta.

Segundo dados oficiais, Maceió ocupa uma área de 511km² e possui uma densidade demográfica de 1.808 hab./km². Em se tratando da perspectiva geográfica dessas escolas, é certo que estão localizadas na capital, isto é Maceió, que tem demograficamente uma população estimada (em 2008) de 924.143 habitantes, distribuídos por faixa etária da seguinte forma: 111.290 são menores de 6 anos; 160.624 tem entre 6 a 14 anos , e , 53.277 possuem de 15 a 17 anos. Segundo o cronograma da Secretaria de Educação e Esporte (SEE), Maceió

está subdividido em quatro Coordenadorias de Ensino (1ª, 13ª, 14ª e 15ª), como mostra o mapa abaixo.

Figura 1: Mapa territorial educacional



Fonte: Anuário Estatístico da Educação (2008⁴)

Conforme o mapa, percebemos que Alagoas tem 12 (doze) coordenadorias de ensino que são responsáveis pelo desenvolvimento da política de educação no estado demonstrando, com isso, que há um processo de desconcentração administrativa em vigência. Nesse sentido, é possível afirmar que houve um aumento de alunos matriculados na rede Municipal do ensino fundamental tomando como parâmetro o ano de 2004. Constatamos que, a rede aumentou significativamente o seu número de alunos ficando registrados 9.828 alunos a mais em 2008 do que em 2004.

Tabela 2 – Matrícula inicial por nível de ensino e dependência Administrativa no município – 2004/2008

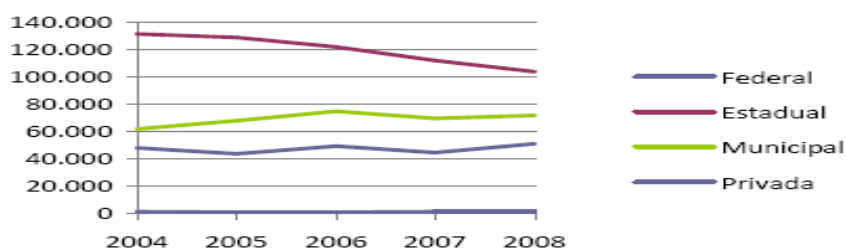
Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2004	242.463	1.146	131.451	61.835	48.031
2005	241.316	1.043	128.841	67.759	43.673
2006	247.017	969	122.054	74.582	49.412
2007	227.005	1.101	112.121	69.362	44.421
2008	227.702	1.247	103.914	71.663	50.878

Fonte: MEC/INEP - SEE/AL

Tais dados são mais bem visualizados no gráfico 2 abaixo:

⁴ Obs.: O Município de Maceió, considerando o número total de estabelecimentos de ensino existentes, foi dividido em quatro Coordenadorias de Ensino, quais sejam (1ª, 13ª, 14ª e 15ª). Consultar site: www.mec.gov.br. Acessado em 15/02/2011.

Evolução da Matrícula Inicial por Dependência Administrativa no município, 2004 – 2008



Fonte: MEC/INEP/SEE- AL (2009).

Historicamente, o estado de Alagoas tem uma dívida com a população no que diz respeito à oferta de manutenção e desenvolvimento da educação básica. Isso se reflete principalmente na questão da formação do professor, entretanto, esse quadro vem mudando significativamente. Além do mais percebemos que o número de profissionais da educação com nível superior é maior nas redes estadual e municipal. Somando ambas totalizam 4.501, teoricamente temos na rede pública de ensino professores mais qualificados, conforme nos mostra a tabela 3.

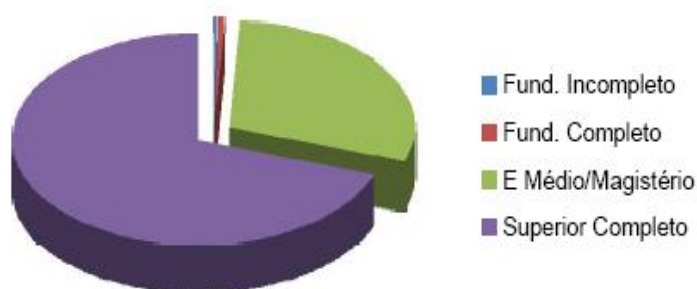
Tabela 3: Formação Docente por Dependência Administrativa no município- 2008

Grau de Instrução	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Fund. Incompleto	29	0	2	16	11
Fund. Completo	37	0	6	16	15
E Médio/Magistério	2.641	3	830	812	996
Superior Completo	6.200	157	2.708	1.793	1.542

Fonte: MEC/INEP - SEE/AL

Os dados abaixo revelam melhor tal realidade:

Formação Docente por Grau de Instrução no município - 2008



Fonte: MEC/INEP- SEE-AL (2009).

Outro dado que ilustra o desenvolvimento educacional no município encontra-se no número de estabelecimentos da educação básica no ano de 2008. Conforme a tabela abaixo a rede pública é a responsável pelo maior número de estabelecimentos. De um total de 383 o estado e o município respondem por 333 estabelecimentos de ensino, tal fato nos indica que a população necessita desse tipo de serviço e dele se utiliza com maior frequência que qualquer outro serviço público.

Quadro 4. Estabelecimentos da Educação Básica por Dependência Administrativa no Município- 2008

Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
383	1	106	127	149

Fonte: MEC/INEP - SEE/AL

Com o objetivo de medir o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações escolares, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB foi criado em 2007. O objetivo é consolidar-se como o principal índice de mensuração dos resultados da educação básica no Brasil, tendo como foco “(...) os dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolares, e médios de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios”⁵

É através dele que as políticas públicas de educação serão formuladas e implantadas, possibilitando ao sistema educacional adaptações ou não, pois é o IDEB que indicará a

⁵ Consultar site: www.inpe.gov.br.

necessidade de mudança ou não. Portanto, ao analisar os dados do IDEB em Alagoas nota-se que tanto na rede Estadual de ensino, quanto na Municipal houve melhoria nos indicadores. O que se observa então, é que em ambas as redes o desempenho escolar dos alunos melhorou.

IDEB observado em 2005, 2007

	IDEB			
	Anos Iniciais		Anos Finais	
Rede	2005	2007	2005	2007
Estadual	3,2	3,4	2,4	2,6
Municipal	3,1	3,6	2,3	2,5

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Desse modo, em uma versão oficial dos dados via IDEB é possível apontar melhoria, entretanto fica a questão posta: como isso tem relação com a gestão democrática? Quais os impactos que a gestão democrática promoveu no sentido de garantir a efetividade do processo ensino e aprendizagem. A presente pesquisa ainda não tem resposta para tal questionamento, até porque agora que iniciamos nosso quefazer investigativo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sergio Onofre de. **Gestão Democrática?** Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica. Maceió: EDUFAL, 2007.

BRZEZINSKI, Iria (Organizadora). **LDB Interpretada: Diversos Olhares se Entrecruzam.** 4º Ed.- Cortez. 2000.

CRUZ NETO. Tiago Leandro. **Planejamento Educacional e Participação Democrática: um estudo sobre a rede pública estadual de ensino em Alagoas (1999-2004).** Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2008.

CURY, C.R.J. *Gestão democrática da educação: exigências e desafios.* **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado.** 2º Ed. atualizada - Saraiva. 1998.

DOURADO, Luís Fernandes. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** 1. ed. Brasília-DF: MEC/SEB, 2004.

_____. (Org.). **Gestão Escolar Democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia**. 1. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

_____. PARO, Vitor Henrique. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carap; AGUIAR, Márcia Ângela da S.. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades*. **Em Aberto. Gestão escolar e formação de gestores**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, v. 17, n. 72, jun. 2000.

FRANCO, Maria Laura. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GONÇALVES, Maria Dativa de Sales. **Autonomia da escola e neoliberalismo: estado e escola pública**. São Paulo: PUC/SP, 1994.

HADDAD, Sérgio. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Vera Lúcia França de. **Pelos caminhos da democratização: Possibilidades e implicações na educação Municipal de Maceió 1993/1996**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2003.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. (Orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LÜCK, Heloisa. *Perspectiva da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus gestores*. **Em aberto**. Brasília, n. 72, p. 11-3, junho 2000.

_____, Heloisa. Et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução a Filosofia: Aprendendo a Pensar**. 5º Ed.- São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PAZETTO, Antônio Elízio; WHITTMAN, Lauro Carlos. **A produção de pesquisas em políticas e Gestão da educação no Brasil, de 1991 a1997**. Brasília: ANPAE, 1999.

POPKEWITZ, Tomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica? poder e conhecimento em educação.** Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche; DAVIS, C.. **Gestão da escola: desafios a enfrentar.** 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal.** In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. (Orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa.** São Paulo: Atlas, 1987.